



RESUMOS DA FUNDAÇÃO ► 12

Faces da pobreza em Portugal

Fernando Diogo, coordenação

- A coleção Resumos da Fundação pretende levar até si as ideias-chave dos Estudos da FFMS, de uma forma sintética, linear e clara. Para quem gosta da conclusão mais perto do início.

Faces da pobreza em Portugal

Fernando Diogo, coordenação

Ana Cristina Palos

Carlos Farinha Rodrigues

Elvira Pereira

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Branco

Gabriela Trevisan

Lídia Fernandes

Oswaldo Silva

Pedro Perista

Colaboração de: Inês Amaro



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Director da colecção Resumos da Fundação: João Tiago Gaspar
Título: Facas da pobreza em Portugal
Coordenação: Fernando Diogo
Autores: Ana Cristina Palos, Carlos Farinha Rodrigues, Elvira Pereira,
Fernando Bessa Ribeiro, Francisco Branco, Gabriela Trevisan,
Lídia Fernandes, Osvaldo Silva e Pedro Perista
Colaboração: Inês Amaro
Revisão de texto: Rita Cabral
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign
Impressão e acabamento: Guide Artes Gráficas

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e os autores
Abril de 2021

ISBN: 978-989-9064-31-7

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adoptaram o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Faces da pobreza em Portugal

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 9 |
| 1. A pobreza em Portugal: das estatísticas aos perfis | 13 |
| 2. A pobreza na infância: regularidade e diversidade | 23 |
| 3. Transição para a vida adulta e relação com o mundo do trabalho | 31 |
| 4. Trabalho, identidade e doenças | 37 |
| 5. A relação com os sistemas de proteção | 43 |
| 6. Avaliação do percurso e perspectivas de futuro: entre a resignação e a felicidade | 47 |
| 7. Fatores de entrada na pobreza | 51 |
| 8. Particularidades dos perfis | 57 |
| Conclusão | 63 |
| Abreviaturas | 67 |
| Glossário | 69 |
| Para saber mais | 73 |
| Autores | 75 |

Introdução

De acordo com os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), 17,2 % da população em Portugal estava em risco de pobreza em 2018 (ICOR de 2019, dados de 2018). Se olharmos bem para aquele número, observamos que é composto por três algarismos e por dois sinais matemáticos. No entanto, condensa as vidas de mais de 1,7 milhões de pessoas.

Algumas destas pessoas são homens, outras são mulheres. Algumas são velhas, outras são novas. Algumas são crianças ou jovens, outras são adultos em idade ativa e outras, ainda, reformadas. Algumas têm doenças graves, outras são saudáveis. Algumas têm um emprego estável a tempo inteiro, outras trabalham ao dia, à tarefa ou à semana. Algumas estão claramente empregadas ou desempregadas, outras estão numa zona intermédia (difusa) entre emprego e não emprego. Outras ainda são domésticas ou estudantes. Algumas têm contratos aos quais estão associados direitos e deveres e outras desenvolvem trabalho informal. Algumas centram a sua identidade na relação com o mundo do trabalho, outras na sua condição de saúde. Algumas vivem ou viveram situações de grande desgaste físico e emocional, outras consideram-se felizes. Algumas estão resignadas, outras estão otimistas. Algumas têm planos para o futuro, outras vivem o dia a dia. Algumas consideram-se pobres, outras não.

Os dados do ICOR permitem uma primeira aproximação ao problema da pobreza em Portugal, uma vez que ajudam a conhecer quantos e quem são os indivíduos e as famílias em situação de pobreza e permitem fundamentar políticas diversas para a combater. O principal indicador oficial de pobreza, calculado a partir dos dados do ICOR, é a taxa de pobreza (taxa de risco de pobreza para o Instituto Nacional de Estatística), que corresponde à percentagem de indivíduos com rendimento inferior a 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) observado no país num determinado ano. Tendo em conta a forma como é calculado, o limiar de pobreza varia todos os anos: em 2003 (ano do início dos dados), correspondia a 345,8€ mensais e, em 2018, a 501,2€ mensais.

O valor da taxa oficial de pobreza dá-nos conta da singularidade da pobreza e é um bom ponto de partida para a gestão das políticas públicas que visam combatê-la. As estatísticas oficiais, tão bem representadas por esse número síntese que é a taxa de risco de pobreza, cumprem a função de nos mostrar a extensão da pobreza, mas dizem-nos pouco sobre a sua diversidade. Na verdade, a compreensão da diversidade de situações de pobreza é uma exigência para percebermos a sociedade portuguesa no seu todo. Afinal, estamos a falar de, sensivelmente, um quinto da população residente em Portugal. Sem sabermos quem é e como vive esta parte da população, a partir da perspectiva dos mais pobres, dificilmente compreenderemos o país no seu todo. Neste caso, a quantidade é uma qualidade em si própria.

Para se compreender a diversidade da pobreza foi preciso, portanto, ir mais além: entrevistar pessoas em situação de

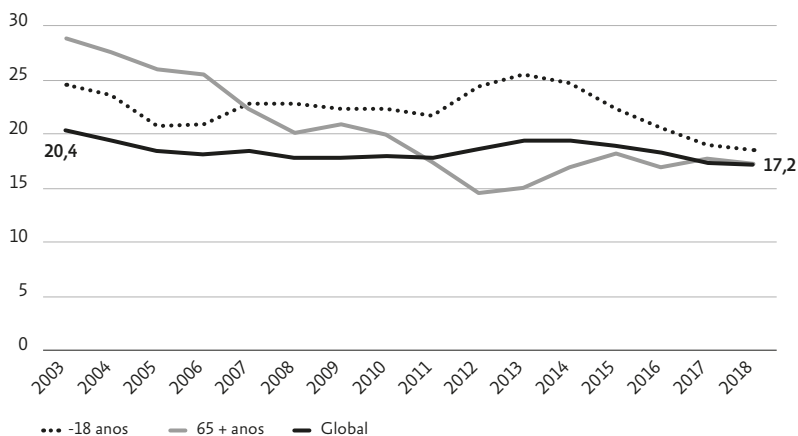
pobreza e ouvi-las, conhecer as suas trajetórias e perceber como vivem, de forma aprofundada. Foi o que tentámos fazer no estudo que aqui se sintetiza.

Este Resumo procura, portanto, expor as principais conclusões do Estudo *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*, editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Poderá aceder gratuitamente ao Estudo completo em ffms.pt.

1. A pobreza em Portugal: das estatísticas aos perfis

A evolução da taxa de pobreza (apresentada sempre após transferências sociais) entre 2003 e 2018 (Figura 1) revela, desde logo, que a pobreza em Portugal afeta todos os anos um elevado número de pessoas. Apesar das oscilações, o seu valor está sempre próximo de um quinto do total da população (linha mais carregada da Figura 1). Os últimos dados apresentados são referentes a 2018 (últimos disponíveis aquando da redação deste texto), sendo de esperar que a pandemia de Covid-19 tenha impacto nestes valores e tendências (os dados de 2020 serão disponibilizados no final de 2021 ou no início de 2022).

Figura 1. Taxa de pobreza em Portugal após transferências sociais: global e por grupo etário (%)



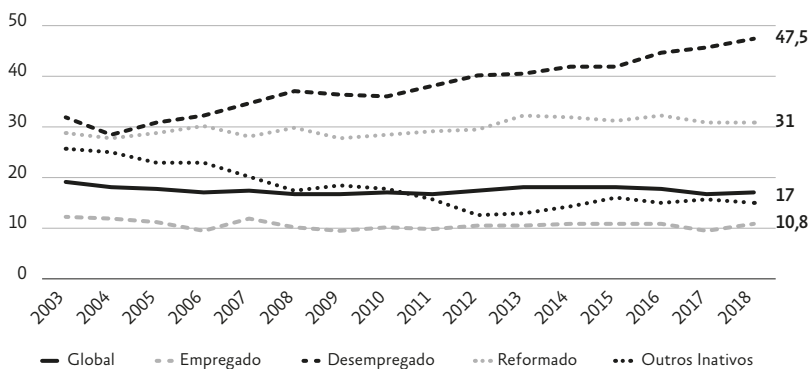
Fonte: INE, ICOR – «Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2004-2019)», Pordata.

Tendo em conta a taxa de pobreza global observada entre 2003 e 2018, é possível identificar três subperíodos. O primeiro vai praticamente desde o início da série estatística, em 2003, até à crise económica de 2009, correspondendo a um período de diminuição gradual, ainda que não contínua, da taxa de pobreza. O segundo período corresponde aos efeitos sociais da crise económica (2009-2014), sobretudo aos anos de maior impacto, entre 2012 e 2014. Neste período, verificou-se um agravamento da taxa de pobreza, que anulou uma parte muito significativa dos ganhos ocorridos no período anterior. Finalmente, após 2014, o ciclo descendente da taxa de pobreza é retomado, ainda que só em 2017 se fixe, de novo, nos valores anteriores à crise.

A evolução da taxa de pobreza em dois grupos etários (Figura 1) é também reveladora de regularidades e alterações relevantes do período compreendido entre 2003 e 2018. Por um lado, a taxa de pobreza no grupo de crianças e jovens até aos 17 anos é persistentemente mais elevada do que a taxa global. Por outro lado, entre as pessoas idosas, com 65 anos ou mais, passou de um valor bastante acima da taxa global para um valor abaixo desta, ainda que nos últimos quatro anos analisados se tenha verificado uma aproximação entre as duas.

Em Portugal, a condição perante o trabalho é um fator importante de diferenciação no que respeita ao risco de pobreza, revelando grandes disparidades entre indivíduos empregados, desempregados, reformados e outros inativos, diferenças essas que aumentaram entre 2003 e 2018 (Figura 2).

Figura 2. Taxa de pobreza após transferências sociais, de pessoas com 18 anos ou mais, segundo a condição perante o trabalho (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC e INE, ICOR – «Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2004-2019)».

Como seria de esperar, a taxa de pobreza mais baixa é observada no grupo dos empregados. Ainda assim, praticamente 11% de todas as pessoas empregadas em Portugal vivem em situação de pobreza (2018).

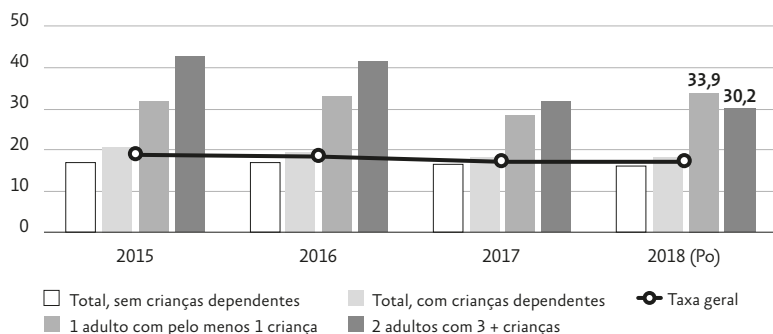
No grupo dos reformados, o segundo com uma taxa de pobreza mais baixa, a trajetória é muito semelhante à das pessoas com idade igual ou superior a 65 (são categorias que quase se confundem). Em sentido inverso, são os indivíduos desempregados que apresentam uma taxa de pobreza mais elevada, valor que tem vindo a aumentar desde 2004, abrangendo, em 2018, quase metade da população em situação de desemprego.

O grupo dos outros inativos é aquele onde se regista a segunda maior taxa de pobreza. Neste grupo estão incluídas todas as pessoas inativas (maiores de 18 anos) que não são reformadas: estudantes, formandos, estagiários não

remunerados, domésticos/as, cuidadores informais, incapacitados para o trabalho, entre outros.

Um outro dado relevante para caracterizar a pobreza em Portugal é a taxa de pobreza por composição do agregado familiar (Figura 3), permitindo identificar os tipos de agregado familiar mais vulneráveis à pobreza.

Figura 3. Taxa de pobreza após transferências sociais, por composição do agregado familiar (alguns tipos), 2015-2018 (%)



Fonte: INE, ICOR – «Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2019)», Pordata.

Os agregados familiares onde existem crianças são aqueles em que a taxa de pobreza é mais elevada. A Figura 3 compara a taxa de pobreza dos agregados sem crianças (primeira barra da esquerda), com a dos agregados onde existem crianças (segunda barra) e ainda com dois tipos diferentes de agregados com crianças (famílias com um só progenitor e famílias onde existem dois adultos com três ou mais crianças), onde se observa uma maior taxa de pobreza (as duas barras seguintes).

Podemos verificar que as famílias que têm apenas um progenitor (monoparentais) ou onde existem dois adultos com três ou mais crianças apresentam uma taxa de pobreza muito elevada e persistente no período apresentado (2015-2018). Para o último ano para o qual existem dados disponíveis aquando da redação deste texto (2018), ambos os grupos apresentam taxas de pobreza que correspondem a cerca de um terço do total dos agregados familiares com as suas características. A linha apresentada na Figura 3 refere-se à taxa global de pobreza, isto é, ao valor nacional. A sua comparação com as barras correspondentes às taxas por tipo de agregado permite perceber o quão distantes estão estas taxas, referentes a famílias com crianças, da taxa geral.

A partir dos dados do ICOR de 2017, último ano disponível aquando da realização de um conjunto de cálculos específicos, foi-nos possível estimar a probabilidade acrescida de pobreza de determinados grupos (ou categorias sociais) em relação a outros (nos indivíduos com 18 e mais anos). De entre os grupos considerados, destacamos aqui os que apresentam maior probabilidade de se encontrarem em situação de pobreza em relação a um grupo de referência. Destacam-se, em primeiro lugar, duas características associadas aos agregados familiares: os que têm como principal fonte de rendimento do agregado «outras transferências sociais» (todas as transferências do Estado exceto as relativas a pensões) e os que têm na sua composição dois adultos com três ou mais crianças no agregado. Seguem-se características associadas aos indivíduos de referência dos agregados: os que trabalham na agricultura, pescas e florestas e, com valores um

pouco mais reduzidos, os desempregados, os outros inativos e os trabalhadores não qualificados. Para o INE, o indivíduo de referência é a pessoa que mais contribui para o rendimento de um determinado agregado familiar.

A pobreza em Portugal é **una** porque inclui um conjunto de indivíduos que tem em comum essa condição socioeconómica, considerando diversos critérios de medida, e **diversa** porque cada situação é única, vivida no singular e no seio de um contexto social e de uma família concreta. Estamos, portanto, perante um conjunto de indivíduos classificados como pobres e que, por isso, constituem uma categoria social específica. No entanto, estão longe de formar um grupo homogéneo e coeso. Isto é, a sua junção numa categoria social é meramente estatística, pelo que não existem regras de entrada ou de funcionamento como um grupo, ou, simplesmente, um sentimento alargado e racionalizado de pertença a algo comum por parte dos indivíduos assim classificados. Recorrendo a uma célebre expressão utilizada no debate sobre classes sociais, não constituem uma *classe para si*.

O primeiro desafio deste estudo, por sinal bastante importante, passou por definir que pessoas entrevistar e onde as encontrar. Para perceber quem são e como vivem as pessoas em situação de pobreza em Portugal tivemos de evitar uma das formas de acesso mais usadas em estudos sobre este tema: ir bater à porta das instituições de apoio social e solicitar contactos dos seus beneficiários ou utentes. Claro que estes indivíduos devem ser considerados, pois integram o universo da pobreza em Portugal, mas estão longe de esgotar toda a diversidade de pessoas em situação de pobreza. Um primeiro

passo para responder a este desafio foi, pois, usar os dados do INE para, através de análises estatísticas sofisticadas (análise de correspondências múltiplas seguida de análise de *clusters*), definir os perfis de pobreza em Portugal.

Assim, ainda com base nos cálculos específicos feitos a partir do ICOR de 2017, começámos por identificar os quatro perfis da pobreza presentes no país e referentes a indivíduos adultos, com 18 anos ou mais:

1. «Reformados»: 27,5 %;
2. «Precários»: 26,6 %;
3. «Desempregados»: 13 %;
4. «Trabalhadores»: 32,9 %.

É importante fazer uma ressalva. Atrás mencionámos que 11 % dos indivíduos adultos que trabalham vivem em situação de pobreza. Contudo, quando consideramos apenas as pessoas com 18 anos ou mais chegamos à conclusão de que 32,9 % dos pobres em Portugal são trabalhadores (praticamente um terço). São dados estatísticos com bases de cálculo distintas, mas a realidade não muda, antes a perspetiva como a olhamos – ora tendo por referência a totalidade da população trabalhadora, ora a totalidade da população em situação de pobreza. Em qualquer dos casos, esta constatação sugere que ter um trabalho (em muitos casos um emprego) não é garantia para se sair da situação de pobreza.

Num segundo momento, procedemos à divisão desses perfis segundo características concretas de pessoas a entrevistar e partimos para a realização de entrevistas. Fomos

aos maiores municípios e a pequenas aldeias de 30 habitantes. Entrevistámos pessoas nas sedes de concelho e nas freguesias mais pequenas. Estivemos no litoral e no interior, no Norte, no Centro, no Sul e nas Ilhas. No final, realizámos 87 entrevistas, todas junto de indivíduos maiores de 18 anos. A infância aparece retratada neste estudo através das referências à infância dos entrevistados e dos seus filhos.

Ideias-chave

- »» Entre 2003 e 2018 a pobreza atingiu cerca de um quinto das pessoas em Portugal, embora com variações ao longo do período.
- »» Em 2018, cerca 11% de todas as pessoas empregadas em Portugal viviam em situação de pobreza, o que corresponde a praticamente um terço das pessoas pobres com 18 anos ou mais.
- »» Cerca de um terço das famílias monoparentais e das famílias onde existem dois adultos com três ou mais crianças estavam, em 2018, em situação de pobreza.
- »» Os indivíduos que viviam de outras transferências sociais do Estado (todas menos as pensões) estavam em alto risco de pobreza (em 2017).
- »» Em 2018, quase metade dos desempregados viviam numa situação de pobreza.
- »» Identificam-se quatro perfis principais de pessoas em situação de pobreza em Portugal: Reformados, Precários, Desempregados e Trabalhadores. O conjunto mais numeroso é o dos Trabalhadores e o menos numeroso o dos Desempregados.

2. A pobreza na infância: regularidade e diversidade

Uma primeira questão que desafia a apresentação dos resultados encontrados para os diferentes perfis de entrevistados é o elemento comum que temos vindo a assinalar: a pobreza. Afinal, todos os entrevistados partilham essa condição socioeconómica. Antes disso, um aviso: as análises qualitativas, como a que apresentamos de seguida, não se baseiam numa amostra aleatória da população em situação de pobreza. Permitem perceber aprofundadamente a diversidade das situações de pobreza vividas pela população portuguesa, mas não representam estatisticamente a população nessa situação.

Em todos os perfis é possível identificar, para a maioria dos entrevistados, um processo de reprodução intergeracional da pobreza. Estamos, pois, em presença do que podemos designar por pobreza tradicional. Esses indivíduos cresceram num contexto mais ou menos continuado de privação, o que condicionou, à partida, as suas oportunidades de vida, nomeadamente contribuindo para antecipar a sua saída da escola e a entrada no mercado de trabalho, assim ingressando em empregos pouco qualificados. Em muitos casos, o que está em causa é simplesmente a própria escassez de rendimentos. Numa parte significativa dos casos, essa era já a condição dos progenitores aquando do seu nascimento, noutras verificou-se a existência de eventos desestruturadores das condições de vida familiar, abaixo identificados.

Para alguns, a infância é recordada como um tempo feliz, onde puderam brincar e interagir com os familiares e outras crianças, ainda que reconheçam fortes constrangimentos financeiros.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 1 («Reformados»), sexo feminino, de 72 anos, residente em Montalegre.

Entrevistadora: Tem alguma recordação positiva da sua infância?

Entrevistada: Sim, tenho, éramos felizes, pronto! Tínhamos fatura, sopa e pão não nos faltavam. Tínhamos mimos, tínhamos tudo isso. Meus pais eram muito bons, davam uma boa educação, uma educação muito boa, que nunca nos deitávamos sem pedir a bênção e beijá-los, era isso! Ensinavam-nos tudo, tivemos, fomos à catequese, fizemos todos primeira comunhão.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 2 («Precários»), sexo feminino, de 19 anos, residente no Porto.

Entrevistada: Tive uma infância muito boa. Recordo-me que foi quase o meu avô que me criou porque o meu pai trabalhava à noite. Fui a maior parte criada na aldeia, agora é que vim mais para a cidade.

Para outros, a privação cedo se entrecruza com o sofrimento pessoal, em alguns casos marcando as suas memórias e trajetórias. Registaram-se nas entrevistas alguns momentos de grande intensidade emocional, ao evocarem-se recordações. O que estava em causa, ora era a doença ou a morte de um progenitor, ora era o alcoolismo do pai, ora a violência doméstica, ora o abandono por parte da mãe ou do pai.

Os motivos eram diversos e por vezes cumulativos, mas a sua natureza é semelhante: a desestruturação familiar. Em alguns casos, não tão poucos quanto isso, são relatadas situações de grande violência física e psicológica.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 1 («Reformados»), sexo feminino, de 67 anos, residente no Porto.

Entrevistada: E eu não vivi com ele [pai]. Eles não chegaram a casar. Eu tenho mais dois irmãos, um irmão e uma irmã. E a minha mãe era uma cabrita para mim, deu-me muitos maus-tratos. Como vê, a minha vida foi triste... [...].

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 2 («Precários»), sexo feminino, de 43 anos, residente em Aljustrel.

Entrevistadora: Tem boas memórias desses tempos?

Entrevistada: Não, não tenho boas memórias. O meu padraço bateu muito na minha mãe. Sofri muito nessa altura pelo meu padraço bater na minha mãe. Lembro-me de deixarmos cair um cabelo no prato e ele batia logo na minha mãe. Um dia levou um banco à cabeça da minha mãe e ela abriu a cabeça! Pronto, sofri muito... Depois fui para casa da minha avó!

Para a grande maioria, independentemente do perfil, o acesso ao mundo do trabalho aconteceu de forma precoce, frequentemente em situação que hoje configuraria trabalho infantil. Este acesso precoce esteve associado a um percurso escolar curto, por vezes de sucesso, mas frequentemente de insucesso escolar, o que demonstra a dificuldade do sistema educativo em chegar a todas as pessoas. É verdade que muitos declararam não gostar da escola, nem sequer concebendo

a possibilidade de esta poder proporcionar-lhes uma vida melhor, mas outros «adoraram» frequentá-la, tinham sucesso escolar e continuam a encarar a escolaridade como um elemento importante.

Excerto de entrevista. Inquirido do Perfil 3 («Desempregados»), sexo masculino, de 49 anos, residente em Vila Franca do Campo.

Entrevistadora: Porque é que faltava tanto [às aulas]? Não gostava?

Entrevistado: Não! Para ajudar os pais!

Entrevistadora: Ah! Então começou a trabalhar aos 12?

Entrevistado: Sim. Larguei a escola da mão...

Entrevistadora: Mas antes disso, já ajudava?

Entrevistado: Já ajudava, já ajudava os meus pais. Já ajudava e bastante.

Os entrevistados, na maior parte dos casos, deixaram a escola para ajudar a família (financeiramente ou com o seu trabalho). Aqui, as situações concretas variam: o que estava em causa ora era tomar conta de uma avó, ora substituir a mãe ausente na lida da casa, ora tomar conta dos irmãos, ou ainda, simplesmente, trabalhar para complementar o orçamento familiar. Os trabalhos agrícolas foram importantes, mesmo para os entrevistados residentes em cidades, um fenómeno explicado pelos processos de migração do meio rural para o meio urbano. A ideia de sair da escola para alcançar a independência económica também está presente, mas apenas em poucos casos, sobretudo associados ao casamento.

Excerto de entrevista. Inquirida do sexo feminino, Perfil 2 («Precários») de 43 anos, residente em Aljustrel.

Entrevistadora: Andou até que ano na escola?

Entrevistada: Até ao sexto ano. No sétimo ano, faltavam dois meses para acabar a escola quando me juntei com o pai da minha filha. A minha avó chorou muito para eu não ir, e minha professora dizia: «Tem boas notas e boa cabecinha.» E a minha avó dizia – «Mas ela quer juntar-se. Namora com um rapaz.»

A grande exceção a este estado de coisas refere-se aos mais novos, concentrados no Perfil 2 («Precários»). Comparativamente, estes abandonaram a escola mais escolarizados, mas sem que isso tenha impedido a sua situação de pobreza, considerando as suas estruturas familiares e os rendimentos do trabalho que obtêm (quando os obtêm). Todavia, os motivos do seu abandono não diferem dos já referidos.

De qualquer forma, observa-se uma tendência importante no discurso dos indivíduos em relação à escola: muitos mostram-se arrependidos por a terem deixado (incluindo os que o fizeram por imposição parental) e a grande maioria assume que, se tivesse continuado a estudar, poderia ter tido uma vida melhor.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 2 («Precários»), sexo feminino, de 43 anos, residente em Aljustrel.

Entrevistadora: Deixou a escola aos 16 anos. Gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Sim, porque uma pessoa hoje sem o 12.º ano não consegue arranjar trabalho. Na altura, juntei-me, mas

se soubesse, não me tinha juntado e tinha continuado a estudar. Não tinha passado tantas dificuldades. É o que eu digo aos meus filhos: «Estudem!»

Trata-se de uma importante rutura com a posição habitual de desvalorização da escola que era comum nos meios menos escolarizados, sobretudo rurais, fazendo antever que a resistência à escola esteja a desvanecer-se, mesmo nos meios mais desfavorecidos. Ainda assim, alguns, como referimos, não se arrependem de ter deixado precocemente a escola e não consideram que a sua vida teria sido melhor se tivessem prosseguido os estudos. Nestes casos, não parece haver nenhuma boa recordação da passagem pelo sistema de ensino, registando-se uma descrença nas suas próprias capacidades ou nas possibilidades de o mercado de trabalho absorver mão de obra mais qualificada.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 2 («Precários»), sexo feminino, de 46 anos, residente em Vila Pouca de Aguiar.

Entrevistadora: Hoje em dia pensa que gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Só se, sei lá, só se... não sei se o estudo, se o estudo... tem muita gente que estuda e não tem trabalho, não tem...

Entrevistadora: Não acha que, se tivesse continuado, a sua vida poderia ter sido melhor?

Entrevistada: Não.

[...]

Entrevistadora: Teria sido igual?

Entrevistada: Igual. Há tanta gente que estuda, faz universidade, estuda e não tem trabalho. Antigamente ainda era pior, há uns anos ainda era pior.

Ideias-chave

- »» A grande maioria dos entrevistados vive um processo de reprodução intergeracional da pobreza. Estamos, pois, em presença do que podemos designar por pobreza tradicional.
 - »» Para a maioria dos entrevistados o acesso ao mundo do trabalho aconteceu de forma precoce, frequentemente em situação que, atualmente, configuraria trabalho infantil.
 - »» Uma parte dos entrevistados teve sucesso escolar e abandonou a escola contra a sua vontade.
 - »» A maioria dos entrevistados assume que, se tivesse continuado a estudar, poderia ter tido uma vida melhor.
-

3. Transição para a vida adulta e relação com o mundo do trabalho

Um dos pontos onde se verifica uma maior diversidade de situações de pobreza é na transição para a vida adulta, uma fase em que se fazem notar as profundas transformações da família e da conjugalidade que perpassaram a sociedade portuguesa nas últimas décadas. É possível, aliás, verificar entre os entrevistados um claro marcador geracional. Alguns apresentam uma situação conjugal clássica, sobretudo os mais velhos, concentrados no Perfil 1 («Reformados»). Noutros podemos verificar a existência de todo o tipo de situações, desde a mulher ou o homem solteiros na casa dos 50 anos, até diversas situações de monoparentalidade, feminina mas também masculina, ou a sucessão de experiências conjugais, com filhos de progenitores distintos. A esta diversidade de conjugalidades pode associar-se a existência de bastantes famílias alargadas e extensas, sobretudo no Perfil 4, o dos «Trabalhadores». Não espanta, por isso, que a pobreza seja grande em agregados mais numerosos, uma vez que os baixos rendimentos, neste caso exclusivamente provenientes do trabalho, têm de ser divididos por muitos indivíduos. Apesar de todos os entrevistados inseridos no Perfil 4 trabalharem, há que dar relevância à situação de instabilidade no emprego no seio do agregado, considerando o que se poderá designar de desemprego familiar. De facto, em muitas famílias verifica-se que diversos membros adultos

do agregado dependem do entrevistado(a) como provedor único, ou deste e de um cônjuge.

Algumas pessoas tiveram a possibilidade de voltar à escola (ou de fazer formação) na idade adulta. Essas atividades partiram, quase sempre, da iniciativa dos serviços de emprego ou de ação social. Todavia, na generalidade dos casos os resultados não foram muito positivos. Alguns dos entrevistados sentiram-se obrigados a inscrever-se, considerando que a formação a que tiveram acesso acabou por não ter qualquer utilidade. Outros retiraram deste regresso à educação algum orgulho, outros ainda apreciaram o convívio com os colegas na formação, sendo esta considerada por alguns como interessante. Mas, no que diz respeito ao emprego, não se verificam impactos positivos duradouros destas experiências formativas. O cenário de melhoria das condições de emprego por via do regresso à escola (ou formação) não se verificou para os indivíduos em situação de pobreza que entrevistámos. Contudo, é importante destacar que poderão existir casos com impactos positivos no combate à pobreza – nomeadamente através da obtenção de melhores empregos – que não foram abrangidos por este estudo, uma vez que nos concentramos apenas nos casos das pessoas que estão abaixo do limiar da pobreza.

Entre as diferentes estratégias de acesso ao emprego, verifica-se que são mais os casos de mobilização de redes de conhecimento interpessoal do que os casos de tentativas individuais (procura através do jornal ou da internet, ida a empresas, entre outros) ou institucionais (concursos, iniciativa dos centros de emprego ou das instituições de ação

social). As redes sociais mobilizadas para o emprego têm como protagonistas os familiares mais próximos (sobretudo para as primeiras experiências de trabalho), mas também se focam em amigos e conhecidos.

Como seria de esperar, muitos dos entrevistados têm uma relação complexa com o mundo do trabalho. Desde logo, a análise do seu percurso laboral permite verificar o que se tem vindo a designar, noutros estudos, como trajetória de emprego em carrossel. Nestas entrevistas foi possível identificar as principais características deste tipo de trajetória: por muito que os inquiridos tenham mudado de emprego ou de atividade, por muitas atividades distintas que tenham desenvolvido ao longo da sua vida, não saem da mesma posição social. Isto é, movem-se no mundo do trabalho, por vezes vertiginosamente, mas não saem do mesmo sítio. Uma trajetória de emprego em carrossel é caracterizada pela precariedade das atividades desenvolvidas ao longo do tempo, pela sua informalidade (sem direitos ou deveres laborais) e por períodos de desemprego, mas também pela existência de atividades que se situam numa zona difusa entre emprego e desemprego.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 3 («Desempregados»), do sexo feminino, de 55 anos, residente no Porto.

Entrevistadora: Quantos trabalhos é que teve?

Entrevistada: Sei lá, tantos [risos]. Não sei. Boa pergunta, eu nunca os contei. Não sei, mas para cima de dez, mas muito para cima.

Excerto de entrevista. Inquirido do Perfil 3 («Desempregados»), do sexo masculino, de 33 anos, residente em Ponta Delgada.

Entrevistador: E durante quanto tempo estiveste nesse primeiro trabalho?

Entrevistado: Aquilo era à semana.

Entrevistador: Não trabalhavas nas estufas todos os dias?

Entrevistado: Não. Era tipo dois, três meses.

Entrevistador: E quando não tinhas trabalho nas estufas?

Entrevistado: Mudava de patrão.

Entrevistador: Em que trabalho é que era?

Entrevistado: Era estufas novamente.

Entrevistador: Era sempre estufas.

Entrevistado: Acabava num, ia para outro.

Sobre esta zona difusa entre emprego e desemprego, nas entrevistas foi possível identificar um conjunto de atividades que partilham uma característica: não eram bem emprego, nem eram bem inatividade. Havia trabalho, havia rendimento (embora nem sempre), mas não existia uma relação laboral clara. Verificava-se, portanto, uma zona intermédia em que alguém estava a trabalhar, ainda que não estivesse exatamente a desenvolver um trabalho. São exemplos uma bolsa de estágio ou de formação profissional, um programa ocupacional, um biscate, a acumulação de um biscate com uma reforma, um *part-time* involuntário, um *lay-off*, ou ainda diversos casos de pessoas que se declararam domésticas, mas que iam exercendo as mais variadas atividades laborais informais, algumas não remuneradas. Aliás, os entrevistados distinguiram perfeitamente trabalhar e ter um emprego – um «empregozito» –, como nos foi referido por uma entrevistada.

A existência desta zona difusa entre trabalho e não trabalho é demonstrativa da difícil relação que muitos dos entrevistados têm com o mundo do trabalho.

Já vimos que a trajetória laboral em carrossel assume um peso considerável entre os casos estudados. Contudo, existe um conjunto relativamente numeroso de indivíduos que têm um contrato sem termo, muitos há mais de dez anos, alguns há mais de vinte, e continuam a ser pobres. Este conjunto constitui, aliás, a maioria dos entrevistados do Perfil 4 («Trabalhadores»). Assim, constata-se que ter um emprego seguro não é suficiente para sair de uma situação de pobreza.

Levanta-se ainda uma outra questão importante, a da intensidade da precariedade laboral. Entre os entrevistados a precariedade não é igual para todos. Alguns encontram-se no polo da precariedade extrema, com atividades ao dia, à semana, ou à tarefa (ou na zona difusa entre trabalho e não trabalho) e outros encontram-se no outro polo, com contratos a termo certo (com todos os direitos e deveres deles decorrentes). Pelo meio, existem diferentes cambiantes e formas de viver em precariedade laboral.

Ideias-chave

- »» É no perfil dos «Trabalhadores» que encontramos as famílias mais numerosas e isso tem impacto na sua situação de pobreza: uma parte considerável dos entrevistados é responsável pelo sustento de familiares adultos que não trabalham.
- »» Por regra, o regresso à formação na idade adulta, nos diferentes perfis, aconteceu por iniciativa de entidades oficiais e não teve bons resultados, apesar de alguns entrevistados terem gostado da experiência.
- »» Para aceder ao emprego, os entrevistados mobilizaram sobretudo redes de conhecimento interpessoal, especialmente familiares próximos.
- »» No perfil dos «Trabalhadores», a maior parte dos entrevistados tem um contrato de trabalho, mas isso não impede que os próprios (e os seus familiares) se encontrem numa situação de pobreza. Nos restantes casos, as experiências de trabalho tendem a estar associadas à chamada trajetória de emprego em carrossel.

4. Trabalho, identidade e doenças

No que respeita à maneira como o emprego contribui para a formação das identidades sociais dos entrevistados, uma dimensão necessariamente subjetiva, verifica-se que existe uma grande dificuldade em condensar a atividade desenvolvida numa palavra ou definição, isto é, no nome de uma profissão. Esta dificuldade é especialmente forte nos entrevistados com atividades ligadas ao mundo rural. Em alguns casos, a desqualificação das atividades desenvolvidas é muito grande, algo que acaba por impedir os indivíduos de se definirem como trabalhadores. De resto, aquando da menção da atividade profissional, boa parte dos indivíduos define-se mais como doente do que como trabalhador, em especial nos Perfis 1 («Reformados») e 3 («Desempregados»). Ou seja, a doença assume um papel central na forma como os indivíduos se definem, incluindo em relação ao trabalho. Esta definição de si como doente está praticamente ausente do Perfil 4 («Trabalhadores») e, nos poucos casos em que aparece nesse perfil, serve, sobretudo, para sublinhar o estatuto de trabalhador. Isto é, apesar do sofrimento acrescido causado pela doença (seja ela crónica ou limitativa da atividade física), o indivíduo continua a trabalhar estoicamente. Uma situação relativamente semelhante encontra-se entre os indivíduos do Perfil 2 («Precários»).

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 3 («Desempregados»), do sexo feminino, de 50 anos, residente no Porto.

[...] mas, lá está, eu trabalhava seis ou sete horas na banca e a banca tem torneira, mas não é de abrir, é de pedal. Com esta tinha sempre que apoiar [apontou para a perna] e com a outra sempre no pedal... e aquelas sete horas seguidas comecei a ficar com problemas na coluna. Tive que ir para o hospital tomar injeções. Por isso é que eu, pronto, falei com a moça, lá vizinha também... e andar sempre a faltar...

Independentemente dos aspetos mais subjetivos, objetivamente a doença limita os entrevistados na sua atividade profissional (ou limitava no passado, no caso dos «Reformados» e dos «Desempregados») e acaba por condicionar também o seu agregado familiar. Assim, a menção à doença, sua ou de alguém do seu agregado (e falamos de doenças crónicas ou incapacitantes), surge de forma consistente nos diferentes perfis. No Perfil 1, o dos «Reformados», a sua presença é ainda mais sentida, não apenas nas referências ao presente, mas ao longo de todo o seu percurso de vida.

A doença (crónica e/ou incapacitante) tem um enorme impacto na vida das pessoas em situação de pobreza. Em alguns casos impede os entrevistados (ou familiares) de trabalhar, acaba por desviar os poucos recursos do agregado para o tratamento da doença e pode obrigar a que um dos membros do agregado assuma a posição de cuidador (na maioria dos casos cuidadora), o que diminui as possibilidades de rendimento da família.

No que respeita à satisfação (ou gosto) pelo trabalho desenvolvido, pudemos observar que parte dos entrevistados revela desgosto para com diversas atividades laborais desenvolvidas ao longo da sua trajetória de emprego. Entre os motivos evocados destacam-se a penosidade das tarefas desempenhadas, os baixos salários e a relação com os outros (colegas ou patrões). No discurso de alguns, pode observar-se uma situação intermédia: declaram gosto pelo trabalho, mas associam-no a questões que remetem para o conformismo com o trabalho (gosta-se do que se faz porque é o que se faz) ou para a penosidade e não para um genuíno gosto. Muitos dos nossos entrevistados, portanto, são conformados em relação ao trabalho que desenvolvem e executam-no em situações que, com regularidade, apresentam algum grau de penosidade. Excetuando alguns entrevistados mais jovens, a relação com o trabalho é orientada pela necessidade e não tanto pela realização pessoal e profissional. Existem muito poucos casos de entrevistados que expressam um qualquer gosto pelo trabalho assente na realização pessoal e na satisfação proporcionada pelas tarefas desenvolvidas.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 3 («Desempregados»), do sexo feminino, de 43 anos, residente em Montalegre.

Entrevistadora: E o que você mais gosta deste trabalho?
[Programa ocupacional para desempregados]

Entrevistada: Ui, o que eu mais gosto? Olha [suspiro], às vezes conversamos, às vezes trabalhamos, somos três colegas que estamos no mesmo trabalho. Olha, convivemos umas com as outras e trabalhamos. É mais a convivência.

Uma outra questão que sobressai da análise das entrevistas, no que ao trabalho respeita, é a menção à emigração (e, em diversos casos, à imigração, visto que entrevistámos imigrantes dispersos pelos quatro perfis). Estas menções tornam-se especialmente relevantes se considerarmos que não existe no guião de entrevista qualquer questão, exemplo ou sugestão a processos migratórios. São, pois, menções espontâneas dos entrevistados.

Assim, quanto à emigração é possível detetar três tendências: a existência de períodos de emigração dos próprios entrevistados, para diversos países; planos para emigrar (dos próprios e de outros membros do agregado familiar); e ainda diversas situações de membros da família emigrados (pais, irmãos/ãs, filho/as e outros) e mesmo de amigos próximos. Nos relatos dos nossos entrevistados, a emigração é entendida como uma forma de fugir à pobreza, mas não nos seus casos particulares. O mesmo não pode ser dito em relação aos processos imigratórios. Se a intenção era fugir à pobreza, no caso dos imigrantes por nós entrevistados, os resultados estão longe de corresponder ao pretendido.

Ideias-chave

- »» Alguns entrevistados revelam uma grande dificuldade em identificar as suas atividades laborais como profissão, sobretudo (mas não exclusivamente) no meio rural. Isto é reflexo da desqualificação das atividades desenvolvidas.
- »» Boa parte dos indivíduos dos Perfis 1 («Reformados») e 3 («Desempregados») definem-se mais como doentes do que como trabalhadores, algo que praticamente não se verifica no Perfil 4 («Trabalhadores») e é pouco frequente no Perfil 2 («Precários»).
- »» A menção à doença (crónica ou incapacitante), sua ou de alguém do seu agregado, surge de forma consistente nos diferentes perfis e afeta a capacidade de trabalho e o rendimento do agregado familiar. É mais frequente no perfil dos «Reformados» (ao longo de toda a sua vida e não apenas para o momento presente).
- »» Parte significativa dos entrevistados não gostou de uma, várias ou de todas as atividades laborais desenvolvidas ao longo da sua trajetória de trabalho. Excetuando alguns entrevistados mais jovens, a maioria dos indivíduos trabalha por necessidade e não tanto pela realização pessoal e profissional.
- »» A emigração foi regularmente mencionada, de forma espontânea, pelos nossos entrevistados como uma forma de fugir à pobreza. Embora esse efeito tenha sido temporário, com regularidade afirmaram ter uma vida melhor quando estiveram emigrados, nos casos em que isso aconteceu.

5. A relação com os sistemas de proteção

A maioria dos entrevistados era crítica dos serviços de segurança social e de outros sistemas de proteção do Estado, ainda que nem todos tenham lidado com tais serviços. Outros eram elogiosos. As críticas estavam associadas, por um lado, à exiguidade dos apoios oferecidos e, por outro, ao escrutínio que é exigido em contrapartida destes, invadindo a dignidade, a privacidade e a autonomia dos entrevistados. Alguns recusaram recorrer a este tipo de apoios por vergonha. Outros, apesar de o terem feito, também expressaram vergonha em fazê-lo.

A família-providência era uma realidade para a maioria dos entrevistados, quer estes estivessem no papel de recetor, quer no de provedor. Os apoios oferecidos estavam orientados para a sobrevivência diária e não para a melhoria das suas condições de vida, num contexto em que a maioria, em algum período de desemprego, não beneficiou dos apoios aos desempregados (por não serem elegíveis para este tipo de apoio). O Rendimento Social de Inserção (RSI) tendia a ser visto como alternativa àqueles apoios, mas alguns entrevistados não logravam aceder a essa medida de apoio social, por apresentarem rendimentos acima do limiar da elegibilidade. De qualquer forma, a exiguidade dos apoios, quer públicos quer informais, ficou patente nos discursos.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 1 («Reformados»), do sexo feminino, de 79 anos, residente em Vila Franca do Campo.

Entrevistadora: A senhora acha que os rendimentos com a sua reforma e do seu marido são suficientes para as suas necessidades?

Entrevistada: Custa.

Entrevistadora: Custa? Como assim?

Entrevistada: Aquela [referindo-se à filha mais nova, presente na sala] tem-me auxiliado muito, muito.

Entrevistadora: Sim. Custa porquê?

Filha da entrevistada: É medicação muito cara, basicamente é uma reforma deles para a farmácia.

Entrevistada: Ela é que paga a água, a luz, telefone e os medicamentos, vai com a gente para o doutor...

Entrevistadora: Quanto é que gasta, mais ou menos, em medicamentos?

Filha da entrevistada: Tem meses que quase chega aos trezentos euros, tem meses que são duzentos e tal, conforme a medicação que eles precisam.

Entrevistada: Ela não compra tudo de uma vez, à maneira que a gente precisa, porque o dinheiro não chega. É uma vida muito apertada!

Todavia, uma boa parte dos entrevistados considera que não se encontra em situação de pobreza, comparando-se com pessoas mais pobres e referenciando, amiúde, situações de quem passa fome ou de quem vive numa situação de sem-abrigo, confundindo, pois, pobreza com miséria. Outros assumem-se como pobres, embora relativizem essa condição por comparação com o seu passado. Assim, uma parte considerável dos entrevistados acaba por utilizar mecanismos de

racionalização discursiva, isto é, por relativizar a sua situação recorrendo a comparações com situações mais difíceis. Este mecanismo é importante porque permite aos indivíduos minimizar os impactos emocionais negativos associados aos lugares situados no fundo da escala social.

Excerto de entrevista. Inquirido do Perfil 1 («Trabalhadores»), do sexo masculino, de 49 anos, residente em Lisboa.

Pobreza é estar debaixo da ponte. Por enquanto eu ainda não cheguei a esse ponto.

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 1 («Reformados»), do sexo feminino, de 72 anos, residente em Montalegre.

Sempre, sempre [fui pobre]! Nunca tive, nunca fui de férias, nunca fui de nada, não tenho nada.

Numa dimensão mais subjetiva, quase todos os entrevistados consideram que o seu nível de rendimento é desadequado às suas necessidades e conseguem identificar com facilidade momentos concretos em que o seu rendimento não foi suficiente, com a exceção dos mais novos (reunidos no Perfil 2: «Precários»). Em alguns casos, há referência ao autoabastecimento (ou autoprovisão) enquanto forma de minimizar as dificuldades sentidas, algo possível nos meios rurais. Fica muito claro nos discursos dos entrevistados que pequenas quantias, como 20 ou 30 euros por mês, têm um impacto muito grande na sua gestão do orçamento doméstico.

Ideias-chave

- »» A maioria dos entrevistados é crítica dos serviços de segurança social e de outros sistemas de proteção do Estado, mas alguns são elogiosos, e outros nunca tiveram contacto com esse tipo de serviços.
- »» Muitos entrevistados apoiam familiares, ou são por eles apoiados para sobreviver ou fazer face a despesas diárias básicas. Para descrever esta realidade utiliza-se o conceito de família-providência.
- »» Uma boa parte dos entrevistados considera que não se encontra em situação de pobreza, comparando-se com pessoas mais pobres, em especial em situações de miséria.
- »» Quase todos os entrevistados consideram que os seus rendimentos são desadequados às suas necessidades. Em meio rural, o autoprovisamento (o «quintalinho» ou a residência própria) atenua as dificuldades.
- »» Pequenas quantias, como 20 ou 30 euros por mês, têm um impacto muito grande na gestão do orçamento doméstico dos entrevistados.

6. Avaliação do percurso e perspetivas de futuro: entre a resignação e a felicidade

A resignação é o sentimento predominante na avaliação que os entrevistados fazem da sua vida até ao momento da entrevista. Os aspetos positivos identificados giram, no essencial, à volta da família, em particular dos filhos. Acresce que quase todos consideraram que, apesar de tudo, vivem agora melhor que no passado, em especial os «Reformados» (Perfil 1). Entre os aspetos negativos, destaca-se a doença (sua ou de alguém próximo), a morte e situações de instabilidade familiar, bem como de desemprego e de instabilidade laboral.

Independentemente da forma como descrevem a sua situação, quase todas as pessoas entrevistadas vivem-na, pois, com resignação. Contudo, e surpreendentemente, a maioria considera-se feliz, à exceção dos «Reformados» (pertencentes ao Perfil 1). Essa felicidade está normalmente associada à resignação com a sua situação e ao seu enquadramento familiar, mas o trabalho (no caso dos «Trabalhadores» do Perfil 4) e a saúde também são motores desse sentimento de felicidade.

Em muitos casos, as expetativas estão direcionadas para a melhoria das condições de vida e a realização de necessidades básicas essenciais como a saúde, a habitação ou o emprego. É também frequente que os sonhos estejam

concentrados no futuro dos descendentes – desejando que sejam felizes, que constituam família e que vejam garantidas as suas necessidades básicas. Estas disposições estão particularmente presentes no Perfil 1 («Reformados») e, de certo modo, também no Perfil 4 («Trabalhadores»), ganhando contornos mais diversos nos Perfis 2 («Precários») e 3 («Desempregados»).

Excerto de entrevista. Inquirido do Perfil 1 («Reformados»), do sexo masculino, de 82 anos, residente em Vila Pouca de Aguiar.

A gente o que quer é um bocadinho de saúde a mais, de resto...

Excerto de entrevista. Inquirida do Perfil 1 («Reformados»), do sexo feminino, de 79 anos, residente em Vila Franca do Campo.

Entrevistadora: E qual era o seu maior sonho?

Entrevistada: É para ir para lá, para os meus pais, para as minhas irmãs... [morrer] Esse mundo não interessa...

A análise das entrevistas aos «Precários» (Perfil 2) sugere a existência de diferenças geracionais na forma de encarar o futuro, sendo possível distinguir aqui um grupo mais otimista dentro deste perfil, os jovens. Entre estes constata-se uma maior ênfase nas qualificações, encaradas como uma forma de alargar as oportunidades, e as perspetivas de trabalho são definidas não apenas segundo critérios de necessidade, mas também de realização profissional e pessoal.

Ideias-chave

- »» A resignação é o sentimento predominante na avaliação que os entrevistados fazem da sua vida. Os aspetos positivos identificados giram, no essencial, à volta da família, em particular dos filhos.
 - »» A maioria considera-se feliz, à exceção dos «Reformados» (pertencentes ao Perfil 1). Essa felicidade está normalmente associada à resignação com a sua situação e ao seu enquadramento familiar.
 - »» As expetativas estão direcionadas para a melhoria das condições de vida e a realização de necessidades básicas essenciais como a saúde, a habitação ou o emprego. É também frequente que os sonhos estejam concentrados no futuro dos descendentes.
 - »» Os mais jovens, sobretudo concentrados no Perfil 2 («Precários»), destoam dos restantes apresentando uma perspetiva de futuro mais otimista e mais centrada na realização profissional e pessoal.
-

7. Fatores de entrada na pobreza

Um outro aspeto que foi alvo de atenção, uma vez que emergiu da análise dos dados, tem que ver com os motivos de entrada em situação de pobreza. Foi possível identificar três tipos de motivos, que adiante designamos como os três D da pobreza: Desemprego, Doença, e Divórcio.

Estas três situações envolvem ruturas com impacto na vida dos indivíduos e das suas famílias. O Desemprego parece ser a mais óbvia, embora existam alguns cambiantes que é preciso ter em atenção, nomeadamente o que diz respeito à zona difusa entre emprego e desemprego. Além disso, o desemprego não é apenas referente ao próprio, mas envolve também os membros em idade ativa do seu agregado familiar. Como vimos, há uma inequívoca dimensão familiar na pobreza e no desemprego, estando aqui contidas todas as dificuldades no mercado de trabalho que impelem indivíduos e famílias para a pobreza e se manifestam como ruturas. Para além do desemprego é exemplo dessas ruturas a quebra de relações no trabalho, quer com colegas, quer com chefias.

A Doença corresponde, desde logo, a doenças crónicas ou incapacitantes (incluindo deficiência) com impactos variados: na capacidade de os indivíduos desenvolverem uma atividade laboral; no seu bem-estar; na necessidade de, eventualmente, existir um cuidador que assim se vê impedido

de exercer outras atividades ou, no mínimo, fica sobrecarregado; na existência de despesas adicionais (medicamentos e outros bens de saúde). A doença de um indivíduo não é um problema meramente individual e tem um impacto alargado no seu círculo familiar.

A par da Doença, também a morte de familiares se revela um aspeto importante nas trajetórias de vida, com impacto na harmonia do agregado e nos rendimentos disponíveis. Neste sentido, alguns depoimentos enfatizam o facto de a morte de um provedor (de recursos) ter tido impacto nas dinâmicas de entrada na pobreza, em particular quando a intensidade laboral do agregado familiar é muito reduzida. De salientar que a intensidade laboral de um agregado familiar é, nas estatísticas oficiais, considerada muito reduzida quando os membros adultos trabalham apenas uma fração das horas mensais disponíveis para trabalhar, designadamente quando há pessoas desempregadas ou inativas (domésticas ou pessoas com deficiência, por exemplo). Note-se ainda que, tal como a doença e a emigração, a morte não foi alvo de nenhuma questão específica nas entrevistas, sendo, apesar disso, bastante destacada pelos entrevistados, em diferentes momentos da sua trajetória de vida. Na nossa classificação colocamos a morte dentro da Doença, considerando que a primeira é frequentemente precedida da segunda.

Finalmente, o Divórcio. Atualmente, é um fenómeno frequente. Mesmo nos casos em que o casamento não foi formalizado, a separação definitiva dos casais em união de facto representa, para todos os efeitos, um divórcio. O divórcio próprio ou dos pais, praticamente inexistente

no Perfil 1 («Reformados»), mas presente nos restantes (com menor peso no Perfil 4 («Trabalhadores»), é algo que, em situações que já de si são de grande fragilidade, leva facilmente os indivíduos para a pobreza, considerando a redução de rendimentos causada pela separação e os seus efeitos em cascata, incluindo na atividade laboral.

No entanto, mau grado a sua inegável capacidade para explicar a realidade, a abordagem dos três D da pobreza tem evidentes limitações. Na verdade, analisar as desigualdades sociais a partir da perspetiva da pobreza é uma opção com uma forte componente política. Ao centrar a atenção na pobreza em termos individuais, minimiza-se a análise dos fatores políticos, sociais e estruturais que contribuem para a produzir e reproduzir numa dada sociedade. Neste sentido, ao usarmos a perspetiva dos três D não podemos perder de vista o contexto social em que eles têm impacto na vida dos indivíduos: a desregulação do mercado de trabalho; as características do tecido económico que favorecem determinados postos de trabalho, segmentados e desqualificados, mas que exercem um papel importante para a sobrevivência do sistema como um todo; a incapacidade do sistema de ensino de cumprir as suas promessas de universalidade; a fragilidade da rede de segurança que o Estado proporciona em caso de eventos disruptivos da vida dos indivíduos e das famílias associados a perdas de rendimento; as insuficiências do apoio público à conciliação trabalho-família. Nos testemunhos recolhidos ficou também claro o impacto da crise económica de 2009-2014.

Importa aqui fazer um apontamento sobre o papel das desigualdades de género, particularmente marcadas nas trajetórias de vida das mulheres mais idosas do Perfil 1 («Reformados»), mas também presentes nos restantes perfis. A este propósito é importante destacar como a maternidade, em vários casos, constituiu um fator de exclusão do mercado de trabalho.

Contudo, os três D não existem apenas nos processos de produção da pobreza, isto é, de entrada numa situação de pobreza, mas também estão presentes nos processos da sua reprodução (ao longo da vida dos indivíduos e entre gerações) e, até, da sua intensificação (através do aumento da distância ao limiar de pobreza explicitado no glossário).

Com efeito, é claro que estes elementos estão presentes na trajetória de vida dos entrevistados, agravando situações já de si difíceis ou condicionando fortemente a vida dos indivíduos, reduzindo a sua margem de manobra e tornando as suas possibilidades de sair da situação de pobreza mais remotas. Mas, tal como nos processos de produção de pobreza, não é possível centrarmo-nos apenas nos três D e ignorarmos os efeitos contextuais, quer sejam estruturais, mais associados ao funcionamento da sociedade (incluindo da economia e do Estado), quer sejam mais conjunturais, tais como os efeitos associados aos momentos de crise ou de crescimento económico.

Ainda sobre a entrada em situação de pobreza existe um segundo aspeto muito relevante. Referimo-nos à questão da vulnerabilidade. Com efeito, as nossas entrevistas permitem

abrir uma janela para uma categoria social que não é analisada neste estudo – a dos indivíduos vulneráveis –, isto é, pessoas que estão acima do limiar da pobreza, mas para as quais qualquer acidente, designadamente um dos condenados nos três D, poderá redundar na sua entrada em situação de pobreza, bem como da sua família.

O que distingue os indivíduos vulneráveis não é a sua relação com o trabalho, trajetória de emprego e enquadramento familiar, mas o facto de terem rendimentos um pouco mais elevados do que as pessoas em situação de pobreza e de, em regra, não terem sido afetados pelos fatores disruptivos atrás assinalados. Contudo, uma situação de crise económica como a que vivemos em 2009-2014 ou a que se iniciou em 2020, em particular conjugada com um evento crítico associado a um dos três D, poderá levá-los, com facilidade, para uma situação de pobreza. Encontrámos este tipo de situação entre os nossos entrevistados.

Ideias-chave

- »» O Desemprego não diz apenas respeito ao próprio, mas tem impacto em todo o agregado familiar.
- »» A Doença (crónica ou incapacitante) não é um problema meramente individual, tendo um impacto alargado no círculo familiar dos entrevistados.
- »» A morte de familiares (incluída por nós no D de Doença) é importante nas trajetórias de vida, tendo impacto na harmonia do agregado e nos montantes de rendimentos disponíveis.
- »» O Divórcio, ou o seu equivalente nos casos em que o casamento não foi formalizado, leva facilmente os indivíduos para a pobreza, considerando a divisão dos rendimentos e os seus efeitos em cascata, incluindo na atividade laboral.
- »» O facto de centrarmos a nossa atenção na pobreza em termos individuais não deve contribuir para minimizar a análise dos fatores políticos, sociais e estruturais que contribuem para a produzir e reproduzir numa dada sociedade.

8. Particularidades dos perfis

Apesar de existirem questões comuns à pobreza, é possível identificar especificidades em cada um dos perfis identificados. Já fomos avançando algumas, embora existam muitas mais. De seguida apresentamos aquelas características que nos parecem mais relevantes para marcar a sua diversidade, por um lado, e a sua identidade específica, por outro.

No que respeita aos «Reformados» (Perfil 1), o efeito geracional é inegável e manifesta-se, por um lado, na sua posição no ciclo de vida e, por outro, na sua posição no tempo histórico. Vejamos estes dois aspetos. No que toca ao ciclo de vida, isso traduz-se pela sua idade e condição de reformados, mas também pelo facto de, em regra, serem os mais descrentes no seu futuro e os que mais referem a doença e a morte. Por si só, estas características dão a este perfil uma grande coerência e solidez.

No que toca à sua posição no tempo histórico, verifica-se que a marca do Estado Novo é muito forte na vida dos «Reformados», nomeadamente pelo contraste com o período democrático. Estão em causa os efeitos duradouros das políticas sociais deste regime político na sua educação, saúde, proteção social e emprego. Neste último, destacam-se as condições em que se exerceu o trabalho: o salário era baixo e com frequência irregular, o vínculo laboral era informal e a transição para o emprego foi feita, quase sem exceção, na situação de trabalho infantil (na conceção atualmente em vigor).

O facto de boa parte das trajetórias de emprego terem acontecido já no período democrático não impediu que as formas de organização económica e social do Estado Novo continuassem a manifestar-se fortemente nas suas vidas. O Estado Novo é, portanto, a grande marca que caracteriza a pobreza deste primeiro perfil e o que o distingue de todos os outros. A vida familiar dos «Reformados» também contrasta com os restantes perfis, quer pela linearidade da transição para a idade adulta (a saída da escola foi seguida pelo trabalho e este pelo casamento e pelos filhos), quer pelo facto de a maioria destes indivíduos viver no contexto da chamada família tradicional (casamento duradouro, diferenciação de papéis de género, etc.).

No polo oposto está o Perfil 2, referente aos «Precários». É aqui que se concentram os mais novos e mais escolarizados. O que marca bastante este perfil é, por um lado, o facto de os agregados onde se inserem não terem intensidade laboral muito reduzida e, por outro, de ser o grupo onde a família-providência se revela mais importante e onde os indivíduos (os que são mais jovens dentro do perfil) são mais otimistas em relação ao futuro. De facto, é possível perceber que estamos em presença, em boa parte, dos filhos adultos e outros dependentes (por exemplo, domésticos/as e desempregados/as) dos indivíduos do Perfil 4 («Trabalhadores»). Assim sendo, boa parte dos membros do Perfil 2 («Precários») depende do trabalho desenvolvido pelos progenitores para sobreviver. Não obstante, há uma relação em nome próprio com o mundo do trabalho: quase todos, de uma forma ou de outra, exercem, ou exerceram recentemente, uma atividade

laboral. A atividade em causa é, para quase todos, exercida à margem das normas que regulam a relação salarial, frequentemente em condições de grande penosidade, em precariedade e com salários muito baixos, o que justifica a situação de pobreza em que se encontram e a sua dependência de outros. Identificámos apenas uma ou duas exceções, de pessoas que se encontravam em melhor condição no momento da entrevista, mas que até aí tinham tido uma trajetória precária.

O Perfil 3, o dos «Desempregados», em contraste com o anterior, é constituído por indivíduos um pouco mais velhos, menos escolarizados e que, na sua maioria, experienciaram situações de desemprego prolongadas ou muito prolongadas, sendo mais dependentes dos apoios sociais do Estado e de outras instituições do que os do Perfil 2 («Precários»). Este tipo de transferências sociais está presente nos diferentes perfis, mas é especialmente marcado no caso dos «Desempregados». O Perfil 3 é, justamente, em conjunto com o Perfil 1 dos «Reformados», aquele onde as questões da doença, e do obstáculo que esta constitui para o emprego, mais se salientam. Muitos estão desempregados desde a crise de 2009-2014. Portanto, a ligação complexa com a atividade laboral presente no Perfil 2 é aqui muito mais ténue: são menos os biscates e as atividades informais e mais as situações de desemprego, puro e simples.

Já o Perfil 4 («Trabalhadores») contrasta com os restantes pela ligação forte com o mundo do trabalho. Esta relação é construída de várias maneiras. Desde logo, é aqui que a doença se manifesta menos. Quando aparece, é para sublinhar a ética do trabalho – trabalha-se em sacrifício, dada a

penosidade imposta pela doença, mas trabalha-se. A maior parte dos membros do Perfil 4 tem uma situação estável no mercado de trabalho, algo que contrasta com os três perfis anteriores, e as suas famílias têm o trabalho como principal fonte de rendimento. Contudo, isso não impede que existam outras situações de grande fragilidade em relação ao trabalho no seio do seu agregado familiar, ou seja, pessoas que podem ser definidas como trabalhadores precários (Perfil 2). Ainda assim, continuam a existir no Perfil 4 alguns casos de dois provedores de rendimentos que, apesar de tudo, não são suficientes para evitar uma situação de pobreza.

Além disso, uma parte minoritária, mas significativa, dos indivíduos deste perfil encontra-se em situação de emprego frágil, no contexto de uma trajetória de emprego em carrossel, indicando que um qualquer evento disruptivo, caracterizado pelos três D, pode facilmente colocá-los na mesma situação dos indivíduos do Perfil 3 («Desempregados»), aumentando a intensidade da sua pobreza por via de um menor rendimento disponível para a família.

Ideias-chave

- »» Nos «Reformados» (Perfil 1), o efeito geracional é inegável. E este efeito manifesta-se de duas maneiras. Por um lado, na sua posição no ciclo de vida – são idosos e reformados –, por outro, na sua posição no tempo histórico – boa parte das suas vidas ativas decorreu no Estado Novo e nos primeiros anos da democracia, altura em que o efeito das políticas do Estado Novo ainda se fazia sentir em força.
- »» Os «Reformados» (Perfil 1) são os mais descrentes em relação ao seu futuro e os que mais referem a doença e a morte.
- »» Os «Precários» (Perfil 2) tendem a ser mais novos e mais escolarizados do que os indivíduos dos restantes perfis. O que os distingue é o facto de os seus agregados familiares não terem intensidade laboral muito reduzida e de a família-providência assumir um papel mais significativo, isto é, dependerem mais dos familiares. Outro aspeto distintivo, ainda, é o facto de os indivíduos mais jovens serem mais otimistas em relação ao futuro.
- »» O Perfil 3, o dos «Desempregados», é constituído por indivíduos que, na sua maioria, experienciaram situações prolongadas de desemprego, sendo dependentes dos apoios sociais do Estado e de outras instituições. É, em conjunto com o Perfil 1, dos «Reformados», aquele em que as questões da doença, e do obstáculo que esta constitui para o emprego, mais se salientam.

»» O Perfil 4, o dos «Trabalhadores», é onde se concentram os indivíduos com uma relação mais direta com o mundo do trabalho. A maioria tem contrato de trabalho sem termo e as suas famílias tendem a ser relativamente numerosas.

Conclusão

A investigação que realizámos sobre a pobreza permitiu confirmar a natureza estrutural deste fenómeno em Portugal, com uma parte expressiva da população a manter-se nessa situação ao longo de anos. Contudo, as pessoas em situação de pobreza não são todas iguais: no limite cada família, e mesmo cada indivíduo, é um caso. Tentámos fornecer uma visão que vai bem para além do número síntese constituído pela taxa de risco de pobreza, e os indicadores a esta associados, quer mobilizando os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) do INE, quer procedendo a entrevistas aprofundadas.

Podemos verificar que em Portugal as crianças, e algumas tipologias de famílias com crianças, são particularmente afetadas pela pobreza, bem como os desempregados e os indivíduos que vivem de outras transferências sociais (todas as prestações sociais à exceção das pensões).

Uma análise aprofundada dos dados do ICOR usando técnicas estatísticas sofisticadas (Probit, ACM e *clusters*) permitiu verificar que existem quatro grandes perfis de indivíduos com 18 anos ou mais em situação de pobreza em Portugal: Reformados, Precários, Desempregados e Trabalhadores.

Estas categorias têm alguns aspetos em comum e outros que as diferenciam. Entre os aspetos comuns destacou-se, nas

entrevistas, o facto de a maior parte dos indivíduos estar em situação de pobreza há muito tempo e ter herdado essa situação dos seus pais. A grande maioria saiu da escola precocemente e entrou no mercado de trabalho numa situação que hoje seria descrita como trabalho infantil.

A pobreza tem uma clara dimensão familiar. Muitos entrevistados são pobres porque não têm rendimentos ou têm rendimentos baixos (frequentemente irregulares), que necessitam de partilhar com outros membros dos seus agregados familiares que não têm quaisquer rendimentos. Existem exceções à questão da família, nomeadamente famílias unipessoais e famílias com dois provedores de recursos. As famílias maiores encontram-se mais frequentemente entre os «Trabalhadores».

O regresso à escola e a formação na idade adulta tiveram poucos impactos positivos para a generalidade dos casos. Pouco se traduziu em empregos e em nenhum caso em saída da pobreza (o que se explica pelo facto de só termos entrevistado pessoas pobres). A iniciativa da retoma do percurso escolar partiu, em praticamente todos os casos, de entidades e não do próprio, pelo que muitos se sentiram pressionados a aderir.

Boa parte dos entrevistados teve uma trajetória de emprego em carrossel, caracterizada por atividades laborais precárias, períodos de desemprego, inserção em atividades na zona difusa entre emprego e desemprego e em situação de informalidade (atividades clandestinas, sem descontos e sem direitos). Por contraste, a maior parte dos indivíduos do perfil

dos «Trabalhadores» tinham contratos sem termo, alguns há dez ou 20 anos, embora com baixos salários.

Na biografia dos indivíduos foram identificados diversos fatores que contribuíram para a sua entrada na pobreza, para a sua manutenção nessa situação e para o agravamento da forma como a viviam. Condensámos estes fatores na ideia dos três D da pobreza: o Divórcio, o Desemprego e a Doença. Estes três D, que afetam fortemente a vida dos indivíduos e constroem as suas escolhas, devem ser entendidos em articulação com efeitos de contexto. São exemplos as questões mais estruturais, como a organização do mercado de trabalho – onde se incluem as questões da precariedade, da informalidade, dos baixos salários e da zona intermédia entre emprego e desemprego – e ainda os apoios estatais de todo o tipo (com destaque para a conciliação trabalho-família e para os apoios na doença ou no desemprego), mas também fatores mais conjunturais, como foi o caso da grave crise de 2009-2014.

Os quatro perfis distinguem-se por diferentes particularidades. Os «Reformados» acabam por ter uma afinidade geracional; os «Trabalhadores» mantêm uma ligação mais forte ao mundo do trabalho; os «Desempregados» estão mais dependentes dos apoios do Estado; e os «Precários» têm uma relação incerta e instável com o emprego.

Abreviaturas

Eurostat Gabinete de Estatísticas da União Europeia

EU-SILC *European Union Survey on Income and Living Conditions*,
que em Portugal corresponde ao ICOR

ICOR Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, o EU-SILC
na União Europeia

INE Instituto Nacional de Estatística

OCDE Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
Económico

ONU Organização das Nações Unidas

RSI Rendimento Social de Inserção

Glossário

Crianças – pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos. Esta definição é muito abrangente, mas é a adotada pela ONU e pelo Eurostat, para além do INE. Na análise por tipo de família, o INE considera também como crianças dependentes os indivíduos entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes.

Família-providência – conceito definido por oposição ao Estado-providência e que procura identificar ações de solidariedade intrafamiliar. Estes apoios podem ser em dinheiro ou em prestação de serviços (por exemplo tomar conta de uma criança, levar um progenitor ao médico, pagar medicamentos a um familiar, etc.). Por vezes, complementam os apoios do Estado-providência ou procuram substituí-los e, regra geral, são insuficientes para substituir verdadeiramente os apoios estatais.

Indivíduo de referência do agregado – é o indivíduo que mais contribui para o rendimento do seu agregado familiar. Este conceito, presente no ICOR, permite conhecer um pouco melhor a dinâmica da pobreza em Portugal.

Intensidade da pobreza – corresponde à diferença entre o valor do limiar de pobreza e o valor mediano do rendimento dos indivíduos em situação de pobreza, identificados como aqueles com rendimento equivalente inferior a esse limiar. Expressa-se, por norma, em percentagem do valor do limiar. Quanto menor o rendimento dos indivíduos em situação de pobreza, mais intensa é a sua pobreza.

Intensidade laboral muito reduzida – aplica-se apenas a indivíduos com menos de 60 anos e refere-se a uma característica do respetivo

agregado familiar, designadamente ao facto de os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo filhos dependentes até 24 anos) terem trabalhado menos de 20% do seu potencial total no mesmo ano de referência do rendimento.

Limiar de pobreza – nas estatísticas oficiais, é um valor estimado anualmente, com base nos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), que corresponde a 60% do valor do rendimento mediano (por adulto equivalente) observado num determinado ano.

População ativa – Conjunto dos indivíduos que estão em idade ativa (18-65 anos) e se encontram a trabalhar ou desempregados. Com frequência esta variável é calculada a partir dos 15 e até aos 64 anos.

População inativa – Conjunto dos indivíduos em idade ativa que não se encontram a trabalhar ou desempregados. Por exemplo domésticos/as, reformados/as por invalidez antes da idade legal de reforma, presos ou pessoas com deficiência.

Rendimento por adulto equivalente – calculado a partir da escala de equivalência modificada da OCDE, este valor resulta da divisão do rendimento do agregado familiar (Agregado Doméstico Privado ou ADP para o INE) por um ponderador que tem em conta a sua dimensão e composição. É atribuída uma ponderação de um valor ao primeiro adulto no agregado, de 0,5 aos restantes indivíduos com 14 anos ou mais e uma ponderação de 0,3 aos indivíduos com menos de 14 anos.

Rendimento Social de Inserção – Medida de apoio social atribuída às famílias em situação de grande pobreza mediante requerimento. É composto por uma prestação monetária e por um contrato de inserção. A prestação é variável e calculada tendo em conta a dimensão e os rendimentos das famílias e um limiar de sobrevivência

definido por indivíduo, mas nunca atinge mais do que uma fração do limiar de pobreza. O contrato de inserção é negociado com cada família e estipula obrigações para os seus membros em troca do recebimento da prestação. São exemplos dessas obrigações a ida à escola e a vacinação (das crianças), bem como a inscrição no centro de emprego ou a frequência de formação profissional (dos adultos desempregados do agregado). Todos os membros da família que contam para o cálculo da prestação são considerados beneficiários, incluindo as crianças, e sujeitos a obrigações no contrato de inserção assinado entre as partes.

Taxa de pobreza (ou taxa de risco de pobreza) – é um valor estimado anualmente, com base nos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), que corresponde à percentagem de indivíduos em situação de (risco de) pobreza por terem rendimento equivalente inferior ao limiar de pobreza.

Trajectoria de emprego em carrossel – define um tipo de trajetória de emprego constituído por um conjunto de atividades laborais caracterizadas pela precariedade, pela informalidade (sem direitos ou deveres laborais), por períodos de desemprego, mas também pela existência de atividades que se situam numa zona difusa entre emprego e desemprego (como estágios ou biscates). Por mais que mudem de atividade laboral, os indivíduos em trajetória de emprego em carrossel não saem do mesmo lugar social. Não usufruem dos benefícios de uma carreira numa empresa ou numa profissão.

Para saber mais

Amaro, I. (2015), «A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana», in F. Diogo; A. Castro e P. Perista (orgs), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus, pp. 183-196.

Baptista, I.; Perista, P. (2015), *ESPN Thematic Report on Minimum Income Schemes – Portugal*, European Social Policy Network (ESPN). Brussels: European Commission.

Baptista, I.; Perista, P. (2010), «A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção», *Fórum Sociológico*, n.º 20, pp. 39-46.

Branco, F. (2001), *A face lunar dos direitos sociais*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo: PUC.

Branco, F. (2015), «A procura da assistência social em Portugal como revelador da pobreza e vulnerabilidade social», in F. Diogo; A. Castro e P. Perista (orgs), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Braga: Húmus, pp. 231-249.

Costa, A. B. d.; Baptista, I.; Perista, P.; Carrilho, P. (orgs.) (2008), *Um olhar sobre a pobreza, vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

Diogo, F. (2007), *Pobreza, trabalho, identidade*. Oeiras: Celta.

Diogo, F.; Castro, A.; Perista, P. (orgs.) (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus.

Fernandes, L. (2019), *Ação coletiva de pessoas desempregadas*. Tese no âmbito do doutoramento em Sociologia – Relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- Palos, A. C.** (2003), *Os jovens, a educação e o trabalho: estratégias de escolarização e projectos de futuro (o caso de jovens açorianos)*. Angra do Heroísmo: Tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores (policopiado).
- Pereira, E.** (2010b), «Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza», *Fórum Sociológico*, série II (20), pp. 57-66.
- Pereira, E.** (2010a), *Pobreza e ruralidade: uma análise espacial em Portugal Continental*, Tese de doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Pereirinha, J.; Pereira, E.; Branco, F.; Amaro, I.; Costa, D.** (2020), *Rendimento adequado em Portugal. Um estudo sobre o rendimento suficiente para se viver com dignidade em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Perista, P.** (2019), *ESPN Thematic Report on In-work poverty – Portugal*. European Social Policy Network (ESPN), Brussels: European Commission.
- Ribeiro, F. B.** (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Rodrigues, C. F.** (2007), *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, C. F.; Figueiras, R.; Junqueira, V.** (2016), *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sarmiento, M.; Fernandes, N.; Trevisan, G.** (2015), «A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal», in F. Diogo, A. Castro e P. Perista (org.), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 81-100.

Autores

Fernando Diogo, Sociólogo, doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia do Desenvolvimento. É professor associado com agregação da Universidade dos Açores e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc). A sua investigação centra-se em torno das temáticas da pobreza, do RSI e da pobreza infantil, entre outras. É diretor do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e coordenador da secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia. Colabora com a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) e foi coautor da Estratégia Regional de Luta Contra a Pobreza dos Açores. É membro do Conselho Económico e Social desta Região.

Ana Cristina Palos, Socióloga, doutorada em Sociologia da Educação, é professora auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade dos Açores e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc). Os seus principais interesses de investigação centram-se na sociologia da infância e na sociologia da educação. Tem desenvolvido várias investigações e publicado acerca da relação dos jovens com a educação e com o mundo do trabalho.

Carlos Farinha Rodrigues, Economista, professor associado do ISEG – Universidade de Lisboa. Investigador do CEMAPRE (Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica). É coordenador do Mestrado em Economia e Políticas Públicas do ISEG. É assessor do Instituto Nacional de Estatística nas áreas de distribuição do rendimento e das estatísticas das famílias. Membro da comissão

de coordenação de preparação de uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em Portugal. É consultor científico do Programa Proinfância promovido pela Fundação La Caixa. É coordenador científico em Portugal do projeto europeu «EUROMOD – Tax-benefit Microsimulation Model for the European Union».

Elvira Pereira, Cientista social, professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa e investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), onde coordena o grupo de investigação Sociedade, Comunicação e Cultura. Ensina na Licenciatura em Serviço Social e no Mestrado e Doutoramento em Política Social no ISCSP, tendo sido coordenadora executiva do Mestrado em Política Social. Os seus interesses de investigação situam-se nas áreas do bem-estar e da política social, incidindo em especial sobre a pobreza, a adequação do rendimento e as políticas de rendimento mínimo.

Fernando Bessa Ribeiro, Doutorado em Ciências Sociais, é professor associado com agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado do CICS.NOVA, sendo o atual coordenador do polo da Universidade do Minho. É também cocoordenador da área temática «Globalização, Política e Cidadania» da Associação Portuguesa de Sociologia. Capitalismo e desenvolvimento, género, sexualidade e questões urbanas constituem os seus principais temas de investigação, sobre os quais publicou diversos livros e artigos em revistas nacionais e estrangeiras.

Francisco Branco, Doutorado em Serviço Social, com especialização em Política Social e Movimentos Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor associado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa e investigador do *Católica Research Center for Individual, Family and Social Wellbeing*. É membro

dos grupos de pesquisa *Social Work, History and Research e Social Work and Policy Practice* da *European Social Work Research Association*. A sua investigação centra-se nos estudos da pobreza e nas políticas públicas, especialmente as políticas de proteção social de cidadania e mínimos sociais. Participou como investigador no projeto Rendimento Adequado em Portugal.

Gabriela de Pina Trevisan, Doutorada em estudos da criança, especialidade de Sociologia da Infância. Investigadora do Prochild CoLAB *Against Poverty and Social Exclusion*. Membro colaborador externo do CIEC, Universidade do Minho. A sua investigação centra-se nos domínios dos direitos das crianças, da participação, das políticas públicas com ênfase na pobreza infantil e na relação das crianças com o espaço urbano, entre outros. É coordenadora da secção temática de Sociologia da Infância da Associação Portuguesa de Sociologia e colabora com o grupo de trabalho sobre pobreza infantil da Rede Anti-Pobreza (EAPN).

Lídia Canha Fernandes, Doutorada em Sociologia: Relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo (FEUC, 2019), mestre em Sociologia (ISCTE, 2011) e licenciada em Psicologia (Universidade do Minho, 1998). É investigadora Integrada do DINÂMIA'CET-ISCTE desde 2013 e colabora com o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc) desde 2019. Tem abordado temas como: (des)emprego, conflito e ação coletiva; trabalho temporário e negociação coletiva; reflexão participativa com grupos marginalizados; (des)valorização do trabalho; pobreza e desigualdades; género e imigração.

Oswaldo Silva, Doutoramento em Matemática, especialidade de Probabilidade e Estatística, é Professor Auxiliar na Universidade dos Açores e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc). Os seus principais

interesses de investigação incluem a análise de dados, em especial a análise de dados multivariados, aplicada às Ciências Sociais, abrangendo múltiplas temáticas associadas ao desenvolvimento local e regional. Participa em diversos projetos de investigação e é co(autor) de diversos livros e artigos, nacionais e internacionais.

Pedro Perista, Sociólogo, Investigador sénior no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Participou, ao longo dos anos, em inúmeros projetos de investigação, ao nível nacional e internacional, nas áreas da pobreza e exclusão social, proteção social e políticas sociais, entre outras. Atualmente, representa Portugal na Rede Europeia sobre Política Social e na equipa responsável pelo Estudo de Exequibilidade para a Criação de uma Garantia Europeia para as Crianças Vulneráveis e é coordenador da secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia. É (co)autor de cerca de cinquenta publicações.

Maria Inês Amaro, Assistente social, doutorada em Serviço Social. É Professora Auxiliar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do CIES-IUL. A sua investigação centra-se em torno das temáticas da pobreza e exclusão social, das políticas de rendimento mínimo, entre outras. É vice-presidente da Associação de Profissionais de Serviço Social e vice-presidente da *European Association of Schools of Social Work*. Atualmente, exerce funções em regime de comissão de serviço como diretora do Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, IP.

Resumos da Fundação

- 1. Igualdade de género ao longo da vida**
Coordenação: Anália Torres
- 2. Encerramento de multinacionais**
Coordenação: Pedro de Faria
- 3. Dinâmica empresarial e desigualdade**
Coordenação: Rui Baptista
- 4. Diversificação e crescimento da economia portuguesa**
Coordenação: Leonor Sopas
- 5. Qualidade da governação local em Portugal**
Coordenação: António Tavares e Luís de Sousa
- 6. Identidades religiosas na Área Metropolitana de Lisboa**
Coordenação: Alfredo Teixeira
- 7. As mulheres em Portugal, hoje**
Coordenação: Laura Sagnier e Alex Morell
- 8. Sustentabilidade do sistema de pensões português**
Coordenação: Amílcar Moreira
- 9. Cultura política e democracia**
Coordenação: Tiago Fernandes
- 10. Dívida indexada ao PIB na economia portuguesa**
Coordenação: Gonçalo Pina
- 11. As empresas portuguesas no comércio internacional**
Coordenação: João Amador
- 12. Faces da pobreza em Portugal**
Coordenação: Fernando Diogo

Quais são os principais perfis de pobreza em Portugal?

Que fatores propiciam a entrada em situação de pobreza?

Como são as trajetórias de vida das pessoas pobres?

E que expectativas têm os pobres em relação ao seu futuro?

